



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, inscrita no CNPJ sob o N°. **61.074.175/0001-38**, estabelecida na Avenida das Nações Unidas 11.711 Brooklin –São Paulo/SP, forneceu para esta empresa **RANKING LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA** com CNPJ **36.002.301-003-63**, situada no Rua Adalberto Simão Nader nº 1521 Loja - Bairro Republica - Vitória/ES, no período de Setembro/2012 até Setembro/2013.

- **OBJETO ENTREGUE:** SEGURO DE (359) VEICULOS COM COBERTURA TOTAL.

- **VALOR TOTAL** R\$ 352.000,00 (Trezentos e cinquenta e dois mil reais).

Atestamos ainda, que tal fornecimento foi executado **“satisfatoriamente”**, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Vitoria – ES, 03 de outubro de 2013.

Handwritten signature 11º OFÍCIO

EDUARDO CORREA DA SILVA
DIRETOR GERAL

TABELIONATO CASTELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a firma: EDUARDO CORREA DA SILVA. *****

Em Teste da verdade, Vitória-ES, 03 de outubro de 2013, 16:44
Cód: 69HZTZ71
DANYLO NASCIMENTO SILVA - ESCRIVENTE AUTORIZADO
Selo: 021360.GTZ1309.07255, consulte autenticidade em: www.tjes.jus.br
Emplacamento: R\$ 3,73 Taxas: R\$ 0,67 Total: R\$ 4,40



R. Abadi de Almeida Coimbra, 191 - Edif. Arábica - 11.º - Enseada do Suaí - Vitória - ES - Cep: 29050-909 - Fone: (27) 3345-8555

Matriz - Jardim América - (27) 3346-5353

Filial - Vitória - (27) 3145-3400

Filial - Linhares - (27) 9986-5438

www.ranking-locacao.com.br



FAFIPAR

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

Criado pelo Dec. nº 4.144 de 13 de agosto de 1960 e autorizado pelo Dec. nº 47.067 de 19/01/1960 reconhecida pelo Dec. 54.355 de 30/03/1964 transformada em Autarquia Estadual pela Lei nº 9.663 de 16/07/91.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ, inscrita no CNPJ sob nº 75.182.808/0001-36, com sede na Rua Comendador Correia Junior, nº 116, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, vem através de seu representante legal infra-assinado declarar que contratamos junto à **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38 com sede na Avenida das Nações Unidas nº 11.711, São Paulo - Capital, o seguro abaixo especificado:

Ramo: Seguro de Frota Veículos

Nº Apólice: 31/217/1928000003331 (referente ao Edital Pregão Presencial 009/2013)

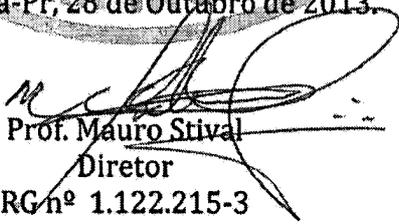
Vigência: 16/09/2013 a 16/09/2014

Nº de Veículos: 09

Coberturas: abrangente 100% Tabela FIP, cobertura de Danos a Terceiros no valor de R\$ 50.000,00.

Outrossim, declaramos que não há em nossos registros nenhum fato que desabone a referida Seguradora.

Paranaguá-Pr, 28 de Outubro de 2013.


Prof. Mauro Stival

Diretor

RG nº 1.122.215-3

CPF nº 317.311.129-04

Telefone (41) 3423-3644



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 5817705

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 15/10/2014, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, CNPJ: 61.074.175/0001-38, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão aponta os feitos com situação em andamento a partir de julho de 1984, incluindo os com distribuição anterior a esta data já cadastrados no sistema.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 16 de outubro de 2014.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº: **4578607**



MAPFRE Seguros Gerais S.A.
 CNPJ 61.074.175/0001-38

**GRUPO SEGURADOR
BB E MAPFRE**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras. O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.

Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013.

Em 2013 a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 4.525,1 milhões, representando recuo em relação ao exercício anterior de 15,4% devido, substancialmente, à transferência de carteira mencionada e lucro líquido de R\$ 216,7 milhões.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2013 os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no valor de

R\$ 15,6 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 464/13, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 843,5 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 20 fevereiro de 2014.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Ativo	Nota	2013			2012			Passivo	Nota	2013			2012		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011			2013	2012	2011			
Circulante		4.802.391	5.765.852	4.364.025	Circulante		4.951.383	5.189.553	3.436.706						
Disponível		109.757	42.623	37.922	Contas a pagar		368.437	460.148	328.135						
Caixa e bancos		109.757	42.623	37.922	Obrigações a pagar		214.856	145.438	151.385						
Aplicações	5	992.104	1.936.486	1.602.469	Impostos e encargos sociais a recolher		118.874	133.402	102.440						
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.729.560	2.119.626	1.512.549	Encargos trabalhistas		24.851	21.516	16.895						
Prêmios a receber	6	1.575.910	1.806.213	1.456.037	Impostos e contribuições		7.459	148.007	47.456						
Operações com seguradoras		53.860	113.181	56.512	Outras contas a pagar		2.397	11.785	9.959						
Operações com resseguradoras	7a	99.790	200.232	—	Débitos de operações com seguros e resseguros		766.457	726.431	441.187						
Outros créditos operacionais		127.781	73.995	61.428	Prêmios a restituir		—	—	1.973						
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	13	1.084.636	722.885	624.254	Operações com seguradoras		67.798	134.489	158.581						
Títulos e créditos a receber		211.682	277.843	82.791	Operações com resseguradoras	7b	532.789	381.095	123.589						
Títulos e créditos a receber		157.326	125.995	26.912	Corretores de seguros e resseguros		154.959	188.577	144.354						
Créditos tributários e previdenciários	20b	44.354	144.538	54.644	Outros débitos operacionais	12	99.018	20.296	42.690						
Outros créditos		10.002	8.010	1.235	Depósitos de terceiros		13	3.717.471	3.982.678	2.621.166					
Outros valores e bens		177.656	162.792	96.473	Danos		3.717.471	3.982.678	2.621.166						
Bens a venda	8	142.737	113.395	70.997	Passivo não circulante		169.667	862.352	757.446						
Outros valores		34.869	49.397	25.476	Contas a pagar		384	384	384						
Despesas antecipadas		4.857	1.778	2.364	Provisões técnicas - seguros	13	156.499	311.797	334.223						
Custos de aquisição diferidos	13	364.358	425.824	343.775	Danos	17a	156.499	311.797	334.223						
Seguros		364.358	425.824	343.775	Outros débitos		12.784	550.171	422.839						
Ativo não circulante		2.128.105	1.831.551	1.107.536	Provisões judiciais		12.784	550.171	422.839						
Realizável a longo prazo		1.424.149	1.192.660	521.054	Patrimônio líquido	18	1.809.446	1.545.498	1.277.409						
Aplicações	5	817.105	664.490	190.619	Capital social		1.335.663	1.231.663	614.573						
Créditos das operações com seguros e resseguros		70.970	129.656	—	Aumento de capital em aprovação		33.600	66.000	417.090						
Prêmios a receber	6	70.970	129.656	—	Reservas de capital		542	542	542						
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	13	50.735	60.299	60.299	Reservas de reavaliação		396	396	396						
Títulos e créditos a receber		430.876	269.692	204.847	Reservas de lucros		447.947	246.897	44.808						
Créditos tributários e previdenciários	20b	407.261	260.722	196.276	Ajuste de avaliação patrimonial		(8.702)	—	—						
Depósitos judiciais e fiscais	17a	10.390	8.970	8.571											
Outros créditos		13.225	—	—											
Custos de aquisição diferidos	13	54.463	68.523	65.289											
Seguros		54.463	68.523	65.289											
Investimentos		437.494	429.434	407.473											
Participações societárias	9	430.669	422.335	400.006											
Imóveis destinados a renda		6.677	6.951	7.319											
Outros investimentos		148	148	148											
Imobilizado	10	90.622	90.994	78.977											
Imóveis de uso próprio		36.931	38.290	39.850											
Bens móveis		39.312	45.776	33.545											
Outras imobilizações		14.379	6.928	5.582											
Intangível	11	175.840	118.463	100.032											
Outros intangíveis		175.840	118.463	100.032											
Total do ativo		6.930.496	7.597.403	5.471.561	Total do passivo		6.930.496	7.597.403	5.471.561						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva de capital		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	814.573	417.090	497	45	396	3.446	41.362	—	—	—	1.277.409
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	—	(287.090)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.998 de 23 de novembro de 2012	130.000	(130.000)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital - AGE 26 de dezembro de 2012	—	66.000	—	—	—	—	—	—	—	—	66.000
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	202.089	202.089
Proposta para distribuição do resultado:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	10.104	—	—	—	—	(10.104)	—
Reserva de lucros	—	—	—	—	—	191.985	—	—	—	(191.985)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.231.663	66.000	497	45	396	13.550	233.347	217.747	—	—	1.545.498
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	—	—	—	—	—	—	(217.747)	—	—	—	(15.600)
Dividendos deliberados e pagos - AGOE de 28 de março de 2013	—	—	—	—	—	—	(15.600)	—	—	—	(15.600)
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.247 de 10 de abril de 2013	66.000	(66.000)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital - AGOE de 26 de junho de 2013	—	38.000	—	—	—	—	—	—	—	—	38.000
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.559 de 22 de outubro de 2013	38.000	(38.000)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital - AGOE de 28 de novembro de 2013	—	33.600	—	—	—	—	—	—	—	—	33.600
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.726)	—	(6.726)
Títulos e valores mobiliários (controlada)	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.976)	—	(1.976)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	216.650	216.650
Proposta para distribuição do resultado:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	10.832	—	—	—	—	(10.832)	—
Reserva de investimentos	—	—	—	—	—	—	—	205.818	—	(205.818)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.335.663	33.600	497	45	396	24.382	—	423.565	(8.702)	—	1.809.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013		2012	
	2013	(reapresentado)	2013	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	216.650	202.089	216.650	202.089
Ajustes para:	41.306	(11.764)	41.306	(11.764)
Depreciação e amortizações	58.770	31.192	58.770	31.192
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	—	13.021	—	13.021
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	144	—	144	—
Resultado de equivalência patrimonial	(34.465)	(55.977)	(34.465)	(55.977)
Títulos e valores mobiliários	(6.726)	—	(6.726)	—
Títulos e valores mobiliários (controlada)	(1.976)	—	(1,976)	—
Varição nas contas patrimoniais:	(157.308)	(223.999)	(157.308)	(223.999)
Ativos financeiros	793.767	(809.888)	793.767	(809.888)
Créditos das operações de seguros e resseguros	369.407	(762.321)	369.407	(762.321)
Ativos de resseguro	(352.187)	(88.631)	(352.187)	(88.631)
Créditos fiscais e previdenciários	100.184	(89.894)	100.184	(89.894)
Ativo fiscal diferido	(146.539)	(64.446)	(146.539)	(64.446)
Despesas antecipadas	(3.079)	586	(3.079)	586
Custos de aquisição diferidos	75.526	(85.283)	75.526	(85.283)
Outros ativos	(62.113)	(171.477)	(62.113)	(171.477)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.420)	(399)	(1.420)	(399)
Impostos e contribuições	(155.076)	131.513	(155.076)	131.513
Outras contas a pagar	60.030	(4.121)	60.030	(4.121)
Débitos de operações com seguros e resseguros	40.026	285.244	40.026	285.244
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	100.648	(33.674)		

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

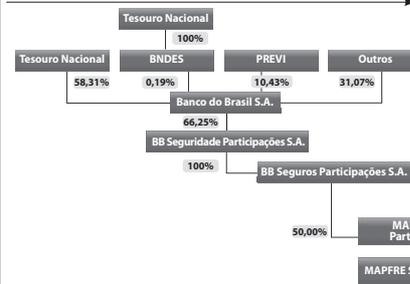
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo social operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 21. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas,

penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade, e excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais affinity; b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais affinity. A mudança da denominação social da MAPFRE Seguros Gerais S.A., anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.999 de 23 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.

é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas devido à subjetividade inerente ao processo de avaliação e à determinação de estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Circular SUSEP 464/13 revoga a circular SUSEP 430/12. As demonstrações financeiras são apresentadas contemplando as alterações introduzidas pela circular e foram ajustadas para fins de comparação. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações

financeiras são apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC - 26 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/09 e da Circular SUSEP nº 464/13. Em virtude das alterações introduzidas pelas Circulares SUSEP 462/13 e 464/13, e para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados os riscos com emissão antecipada da rubrica Faturas emitidas antecipadamente no grupo "Compensação" para as rubricas de "Prêmios a receber", "Custo de aquisição diferidos", "Impostos e encargos sociais a recolher", "Corretores de seguros e resseguros", "Provisões técnicas", "Prêmios emitidos", "Variações das provisões técnicas de prêmios", "Custos de aquisição" e "Resultado com operações de resseguro" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2012	
	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados
Ativo						
Circulante	5.738.555	27.297	5.765.852	4.356.832	7.193	4.364.025
Disponível	42.623	-	42.623	37.922	-	37.922
Aplicações	1.938.486	-	1.938.486	1.602.469	-	1.602.469
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.094.767	24.850	2.119.626	1.506.126	6.423	1.512.564
Prêmios a receber	1.781.357	24.859	1.806.213	1.449.614	6.423	1.456.037
Operações com seguradoras	113.181	-	113.181	56.512	-	56.512
Operações com resseguradoras	200.232	-	200.232	-	-	-
Outros créditos operacionais	73.995	-	73.995	61.428	-	61.428
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	722.795	90	722.885	624.136	118	624.254
Títulos e créditos a receber	277.843	-	277.843	82.791	-	82.791
Outros valores e bens	162.792	-	162.792	96.473	-	96.473
Despesas antecipadas	1.717,78	-	1.717,78	2.364	-	2.364
Custos de aquisição diferidos	423.476	2.348	425.824	343.123	652	343.775
Seguros	423.476	2.348	425.824	343.123	652	343.775
Ativo não circulante	1.831.551	-	1.831.551	1.107.536	-	1.107.536
Realizável a longo prazo	1.192.660	-	1.192.660	521.054	-	521.054
Aplicações	664.490	-	664.490	190.619	-	190.619
Créditos das operações com seguros e resseguros	129.656	-	129.656	60.299	-	60.299
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	60.299	-	60.299	204.847	-	204.847
Títulos e créditos a receber	289.692	-	289.692	65.289	-	65.289
Custos de aquisição diferidos	68.523	-	68.523	65.289	-	65.289
Investimentos	429.434	-	429.434	407.473	-	407.473
Imobilizado	90.994	-	90.994	78.977	-	78.977
Intangível	118.463	-	118.463	100.032	-	100.032
Total do ativo	7.570.106	27.297	7.597.403	5.464.368	7.193	5.471.561
Passivo						
Circulante	5.162.256	27.297	5.189.553	3.429.513	7.193	3.436.706
Contas a pagar	458.410	1.738	460.148	327.711	424	328.135
Obrigações a pagar	145.438	-	145.438	151.385	-	151.385
Impostos e encargos sociais a recolher	131.664	1.738	133.402	102.016	424	102.440
Encargos trabalhistas	21.516	-	21.516	16.895	-	16.895
Impostos e contribuições	148.007	-	148.007	47.456	-	47.456
Outras contas a pagar	11.785	-	11.785	9.959	-	9.959
Débitos de operações com seguros e resseguros	723.992	2.439	726.431	440.417	770	441.187
Prêmios a resgatar	134.489	-	134.489	158.581	-	158.581
Operações com seguradoras	381.021	74	381.095	123.475	114	123.589
Corretores de seguros e resseguros	186.212	2.365	188.577	143.698	656	144.354
Outros débitos operacionais	22.270	-	22.270	12.690	-	12.690
Depósitos de terceiros	20.412	(116)	20.296	46.394	(176)	46.218
Provisões técnicas - seguros	3.959.442	23.236	3.982.678	2.614.991	6.175	2.621.166
Danos	3.959.442	23.236	3.982.678	2.614.991	6.175	2.621.166
Passivo não circulante	862.352	-	862.352	757.446	-	757.446
Contas a pagar	384	-	384	384	-	384
Provisões técnicas - seguros	311.797	-	311.797	334.223	-	334.223
Outros débitos	550.171	-	550.171	422.839	-	422.839
Patrimônio líquido	1.545.498	-	1.545.498	1.277.409	-	1.277.409
Total do passivo	7.570.106	27.297	7.597.403	5.464.368	7.193	5.471.561

Demonstrações do resultado do exercício	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012	
	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados	Saldos apresentados	Ajustes reapresentados
Prêmios emitidos	5.325.093	23.236	5.348.329	-	-	-
(-/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(879.158)	(23.236)	(902.394)	-	-	-
(=) Prêmios ganhos	4.445.935	-	4.445.935	-	-	-
(+) Receita com emissão de apólices	189.231	-	189.231	-	-	-
(-) Sinistros ocorridos	(2.809.730)	-	(2.809.730)	-	-	-
(-) Custos de aquisição	(920.940)	(16)	(920.956)	-	-	-
(-/-) Outras receitas e despesas operacionais	(113.967)	-	(113.967)	-	-	-
(=) Resultado com operações de resseguro	(117.664)	16	(117.648)	-	-	-
(-) Receita com resseguro	517.811	-	517.811	-	-	-
(-) Despesas com resseguro	(635.459)	16	(635.459)	16	-	-
(-) Despesas administrativas	(499.718)	-	(499.718)	-	-	-
(-) Despesas com tributos	(112.878)	-	(112.878)	-	-	-
(+) Resultado financeiro	200.571	-	200.571	-	-	-
(+) Resultado patrimonial	55.609	-	55.609	-	-	-
(=) Resultado operacional	316.449	-	316.449	-	-	-
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	-	-	-	-	-

o) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que

continua ->

—* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

do segurado (informações cadastrais) e do seu comportamento em relação aos pagamentos de prêmios de determinado período. Para minimizar possíveis distorções devido à sazonalidade de determinados produtos, as características e comportamentos de pagamento dos segurados foram analisadas por ramo. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida a perda decorrente da imparidade quando o valor do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Outros valores e bens:** A Seguradora detém estoques de salvados mantidos para venda que são recuperados após o pagamento de sinistros. Quando da estimativa inicial, adotamos o procedimento de contabilizar para os veículos recuperáveis 38,00% da tabela FIPE. Esses salvados são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados a venda e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão, não são deduzidas do valor justo. **f) Teste de imparidade:** O teste de imparidade elaborado pelo teste de adequação dos passivos (LAT) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros são consideradas como um elemento de fluxo de caixa. Os veículos irrecuperáveis, com prazo de permanência contábil acima de 365 dias, são baixados contabilmente de acordo com a política de registro praticada pela Seguradora. **f) Outros créditos operacionais:** Estão registrados, substancialmente, o diferimento do agenciamento referente a contratos de comercialização não concluídos, o custo de aquisição de ativos, o prazo para diferimento das despesas de comercialização são estipulados em cada contrato individualmente, de acordo com a característica da operação. **g) Investimentos:** *i. Participações societárias:* Os investimentos na MAPFRE Affinity Seguradora S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A. são avaliados por equivalência patrimonial e o investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. *ii. Imóveis destinados à renda:* Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedades são reconhecidos na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **h) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi reduzido pelo custo atribuído pelo CPC 37 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a primeira adição. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada de valor (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação no ativo notado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis aprovadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em função do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **i) Ativos intangíveis:** Outros intangíveis adquiridos pela Seguradora têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A rubrica: "Outros intangíveis" refere-se basicamente a "Software" e projetos da Seguradora conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. A amortização é calculada pelo prazo de 5 anos a partir da data em que estes estão disponíveis para uso e registro no resultado do período. A Seguradora adquire certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescido dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste ao valor recuperado foi identificado. **j) Classificação dos contratos de seguros e de investimentos:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa resultar de forma adversa e significativa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **k) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou prêmios, líquidos de custos de vendas e despesas comerciais de varejo. A reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata die" ao longo do período de validade dos prêmios. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **l) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é limitada sua curva normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de

resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarçados, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos não são reconhecidos durante o período de validade do risco, mas são reconhecidos durante a subscrição ou renovação de contratos de seguro e/ou contratos de investimento com direitos a benefícios discricionários (DPF), são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **n) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, quando cabível. Corresponde ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado no momento de constituição. A Provisão de Prêmios não Ganhos das Riscos de Incêndio decorridos durante o período de validade do risco, após o ajuste da PPNG da existência de riscos vigentes mas não operacionais, emite emite. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades autorizadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e capitalização e resseguradores locais. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014, sendo que a mesma foi reclassificada para Outras Provisões Técnicas e está mantida sem atualização desde fevereiro de 2013, conforme permitido pela referida regulamentação. A Administração está avaliando eventuais impactos nos resultados decorrentes da referida Circular. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) foi extinta pela Circular 462/13 e em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Seguradora não apresentou necessidade de Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP). No Teste de Adequação de Passivos (TAP) de 31 de dezembro de 2013, não foi verificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), deve ser constituída quando necessário, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual. Conforme Circular SUSEP nº 462/13 a Provisão para Despesas Administrativas (PDA), foi extinta e em seu lugar foi instituída a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos sinistros e despesas relativos a despesas relacionadas a sinistros. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de co-seguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente nos termos da Legislação vigente. Inclui o ajuste do IB-NEr (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), quando necessário, como complemento de provisão de sinistros a liquidar (PSL). Este teste é elaborado considerando-se como valor controlado todos os avisos e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos mas não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos mas não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **o) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor controlado todos os sinistros de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referente a 2013, e nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SF/SI/N não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de juros livre de risco	6,00%
Taxa de desconto pré-fixada	7,00%
Grupo de ramo	Sinistralidade
Seguro de pessoas	79,0%
Seguro de danos	60,1%

p) Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **q) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos substancialmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **r) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* Um plano de benefícios definido é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Os benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidente pessoal, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **s) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **t) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras abrangem ganhos e perdas decorrentes de (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A

receita de juros é reconhecida no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **u) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de seguro;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas do Banco do Brasil e MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditorias. A utilização destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de riscos e controles internos:** constituído com o objetivo de apoiar o trabalho do Comitê Executivo de Riscos, no âmbito de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, mediante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento da Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar à Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respaldado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seu estatuto a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, adequações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade dos procedimentos no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo de destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição ao qual a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

continua *

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Grupo de Ramos	2013			2012		
	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção %	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção %
Automóvel	2.469.556	2.490	100%	3.700.433	5.835	100%
Patrimonial	804.932	399.902	50%	743.933	413.234	44%
Transportes Marítimos)	251.900	14.138	94%	275.951	38.720	86%
Aeronáuticos	225.379	176.129	22%	28.274	27.987	1%
Rural	241.791	94.721	61%	161.375	78.405	51%
Demais	300.971	155.257	61%	312.181	227.846	27%
Total	4.294.529	842.637	81%	5.222.145	791.827	85%

(*) Prêmio líquido de cossseguro e cancelamentos

(**) Não contempla a emissão antecipada de prêmios no montante de R\$ 23.236.

A política financeira de investimento prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Emissor	Título	Valor Contábil/Valor Justo	Rating
BANIF	Fundos de investimentos - abertos/outras	(18.847)	AAA
SEM	Fundos de investimentos - abertos/outras	37.226	AAA
BNBMM	Certificados de depósitos bancários (CDBPS)	2.551	AA+
BNDESPAR	Debêntures	24.075	AAA
HSCB	Certificados de depósitos bancários (CDBPS)	26.795	AAA
SANT MER	Certificados de depósitos bancários (CDBPS)	99.295	AA
		171.095	

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de risco, tais como Standard & Poor's Fitch Rating e Moody's. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração, cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM - Asset and Liability Management), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

2013	A Vencer		Total
	em até 1 ano	entre 1 e 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	109.757	109.757	109.757
Valor justo por meio do resultado	311.591	339.154	650.745
Disponível para venda	-	-	158.510
Mantidos até o vencimento	185.459	147.017	332.476
Créditos das operações de seguros e resseguros	1.729.560	70.970	1.800.530
Outros ativos	472.309	13.742	486.051
Total dos ativos financeiros	2.809.306	570.883	3.380.189

2012 (representado)	A Vencer		Total
	em até 1 ano	entre 1 e 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	42.623	-	42.623
Valor justo por meio do resultado	1.911.930	-	1.911.930
Mantidos até o vencimento	25.439	663.802	689.241
Créditos das operações de seguros e resseguros	2.119.626	129.656	2.249.282
Outros ativos	297.214	688	297.902
Total dos ativos financeiros	4.396.832	794.146	5.190.978

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 10.390 (R\$ 8.970 em 2012), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Em análise dos passivos correspondentes não foram identificados riscos de liquidez. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de Value at Risk (VaR). Diariamente a Diretoria de Finanças e a MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 5.070. No período analisado, as posições que mais contribuíram em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade a partir da taxa de juros e para cupons de inflação teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatar-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.809.209 de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 843.538 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", e R\$ 105.615 referentes ao Convênio DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 860.056.

Fator de Risco	2013		2012	
	Impacto no patrimônio líquido			
Taxa de Juros	-	-	-	-
Elevação de taxas	(1.903)	(16.945)	-	-
Redução de taxas	1.390	18.454	-	-

Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, a de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial). **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

• Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Maritimo desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela insobrevivência, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, onde a matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas avaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes de simulação de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período atual e em períodos anteriores, a Seguradora manteve nível de capital acima dos requisitos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora aplica o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP, sendo elas: CMR - Resolução CNSP nº 282 de 2013, art. 2º, item III; Risco de Subscrição - Resolução CNSP nº 280 de 2013; Risco de Crédito - Resolução CNSP nº 228 de 2010 e Risco Operacional - Resolução CNSP nº 283 de 2013.

	2013	2012
Patrimônio líquido	1.809.446	1.545.498
Participações societárias	(430.669)	(422.335)
Despesas antecipadas	(3.705)	(1.778)
Créditos tributários e prejuízos fiscais	(345.646)	-
Ativos intangíveis	(175.840)	(118.463)
Ativos de arte	(148)	(148)
Patrimônio líquido ajustado (a)	853.438	1.002.774
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	741.827	929.920
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	601.418	574.879
Margem de solvência (b)	741.827	929.920
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital de Risco (Subscrição, Crédito e Operacional) (c)	767.875	961.359
Capital risco de subscrição	678.872	887.269
Capital risco de crédito	108.142	134.099
Correlação entre Capitais de Subscrição e Crédito	(48.112)	(60.009)
Capital de risco operacional	28.973	-
Capital Mínimo Requerido (c)	767.875	976.359
Suficiência de capital (d = a - c)	85.563	26.415
Suficiência de capital (d/c)	11,14%	2,71%

(c) CMR = Máximo (Capital Base; Capital de Risco; Margem de Solvência)

Destaca-se que o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) de 2012 foi elaborado de acordo com os normativos vigentes à época, onde o CMR era maior valor entre capital base somado ao capital de risco ou margem de solvência.

5. APLICAÇÕES
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:
a) **Resumo da classificação das aplicações financeiras**

	2013	2012
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	806.470	1.911.930
Carteira própria		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.219	1.676
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	2.179
Letras financeiras (LF)	-	2.240
Quotas de fundos não exclusivos	-	147.307
Fundos exclusivos		
Debêntures	93	0
Fundos de investimentos - abertos/outras	18.380	61.180
Quotas de fundos DPVAT	105.615	84.607
Fundos no exterior	-	328
Letras do tesouro nacional (LTN)	124.915	509.259
Letras financeiras do tesouro (LFT)	245.447	10.205
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	667	267.585
Opções de futuros	5	0
Operações compromissadas	-	26.948
Over	179.699	655.681
Títulos da dívida agrária (TDA)	129.430	142.735
Ativos disponíveis para venda	158.510	100%
Carteira própria		
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	67.114	42%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	91.396	58%
Ativos mantidos até o vencimento	843.538	689.241
Carteira própria		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	99.295	12%
Fundos exclusivos		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.795	3%
Debêntures	23.981	3%
Letras do tesouro nacional (LTN)	18.259	2%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	15.879	2%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	150.624	18%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	508.705	60%
Outras aplicações	691	100%
Total	1.809.209	2.602.976

Descrição	Trans-ferência		Resgates	Ajuste TVM(*)	Rendimentos/Atualizações	2013
	2012	Aplicações				
Fundo de investimento exclusivo	2.393.042	-	426.773	(1.498.330)	-	1.212.042
Fundo de investimento - DPVAT	84.607	-	26.435	(11.152)	-	5.725
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.179	-	(2.345)	-	-	166
Certificado de depósito bancário (CDB)	119.104	-	2.500	(27.728)	-	7.970
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	70.785	(5.798)	-	2.127
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	156.588	(62.774)	(5.413)	2.995
Letras financeiras (LF)	2.240	-	(2.435)	-	-	195
Outras aplicações	1.804	(1.436)	-	-	-	323
Total	2.602.976	(1.436)	683.081	(1.604.764)	(11.211)	140.563

(*) Bruto de impostos e não contempla o ajuste TVM (controlada) no montante de R\$ (3.293).

Descrição	Trans-ferência		Resgates	Ajuste TVM(*)	Rendimentos/Atualizações	2012
	2011	Aplicações				
Fundo de investimento exclusivo	1.526.286	-	1.284.140	(592.850)	-	175.465
Fundo de investimento - DPVAT	63.971	-	31.836	(18.136)	-	6.936
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.009	-	-	-	-	171
Certificado de depósito bancário (CDB)	109.594	-	5.000	(5.156)	-	9.666
Letras financeiras (LF)	85.721	-	(89.002)	-	-	5.521
Outras aplicações	5.507	-	(3.703)	-	-	1.804
Total	1.793.088	-	1.320.976	(708.847)	-	197.759

(c) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

continua -*

—* continuação—

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	01/01/2012 (reapresentado)	Constituições	Reversões	Atualizações	Pagamentos (reapresentado)	2012 (reapresentado)
Provisões Técnicas - Seguros						
Provisão de prêmios não ganhos (FPNG + PRVNE)	1.888.635	5.943.505 (5.000.756)	—	—	—	2.831.384
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	867.411	3.407.161 (567.607)	—	4.820	(2.487.560)	1.224.225
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	104.370	67.435	—	—	—	171.805
Outras provisões - PCP	94.973	35.406 (63.318)	—	—	—	67.061
Total das provisões técnicas - seguros	2.955.389	9.453.507 (5.631.681)	4.820	(2.487.560)	—	4.294.475
Custos de aquisição diferidos	409.064	2.348 (652)	83.587	—	—	494.347
Provisões Técnicas - Resseguros						
Provisão de prêmios não ganhos (FPNG + PRVNE)	295.582	900.031 (795.176)	—	—	—	400.437
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	361.449	400.636 (76.903)	—	—	(353.763)	331.419
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	14.526	20.995	—	—	—	35.521
Outras provisões - PCP	12.996	2.811	—	—	—	15.807
Total das provisões técnicas - resseguros	684.553	1.324.473 (872.079)	—	(353.763)	—	783.184

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruito de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano de ocorrência do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
• No ano da ocorrência	853.653	1.004.509	1.143.483	1.365.944	1.793.498	2.514.737	2.050.855
• Um ano após a ocorrência	1.156.569	1.020.691	1.139.495	1.406.267	1.889.910	2.336.372	—
• Dois anos após a ocorrência	1.078.342	1.029.226	1.184.943	1.436.609	1.856.237	—	—
• Três anos após a ocorrência	1.069.768	1.035.114	1.162.819	1.406.555	—	—	—
• Quatro anos após a ocorrência	1.072.637	1.043.006	1.175.583	—	—	—	—
• Cinco anos após a ocorrência	1.075.018	1.037.057	—	—	—	—	—
• Seis anos após a ocorrência	1.068.899	—	—	—	—	—	—
Estimativa dos sinistros na data-base	1.068.899	1.037.057	1.175.583	1.406.555	1.856.237	2.336.372	2.050.855
Diferença entre as estimativas inicial e final	(215.246)	(32.548)	(32.100)	(40.611)	(62.739)	178.365	—
Pagamentos de sinistros efetuados	1.058.774	1.020.567	1.146.937	1.353.273	1.775.692	2.237.676	1.536.577
Passivo representado no quadro	10.125	16.490	28.646	53.282	80.545	98.696	514.278
Passivo em relação a anos anteriores a 2007							
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT	683.063	105.570	—	—	—	—	—
Total de Passivo de Sinistros	1.590.695						

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano de ocorrência do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
• No ano da ocorrência	694.418	912.846	1.065.543	1.211.213	2.090.911	2.196.668	1.497.157
• Um ano após a ocorrência	683.429	876.856	1.031.045	1.252.953	2.211.145	1.973.461	—
• Dois anos após a ocorrência	684.062	882.447	1.053.046	1.279.027	2.250.010	—	—
• Três anos após a ocorrência	689.814	886.394	1.050.755	1.282.868	—	—	—
• Quatro anos após a ocorrência	694.981	897.794	1.093.572	—	—	—	—
• Cinco anos após a ocorrência	697.708	943.704	—	—	—	—	—
• Seis anos após a ocorrência	738.993	—	—	—	—	—	—
Estimativa dos sinistros na data-base	738.993	943.704	1.093.572	1.282.868	2.250.010	1.973.461	1.497.157
Diferença entre as estimativas inicial e final	(44.575)	(30.858)	(28.029)	(71.655)	(159.099)	223.207	—
Pagamentos de sinistros efetuados	681.409	870.169	1.008.358	1.182.905	2.074.685	1.819.685	1.380.496
Passivo representado no quadro	57.584	73.535	85.214	99.963	175.325	153.776	116.661
Passivo em relação a anos anteriores a 2007							
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT	105.570	926.148	—	—	—	—	—
Total de Passivo de Sinistros	166.154						

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2012		01/01/2012	
	2013	(reapresentado)	2012	(reapresentado)
Provisões técnicas	3.873.970	4.294.475	2.955.389	—
Custos de aquisição diferidos	(340.730)	(144.338)	(167.160)	—
Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.135.371)	(783.184)	(667.428)	—
Direitos creditórios	(704.272)	(960.634)	(674.390)	—
Provisões retidas pelo IRB	(174)	(146)	(188)	—
Depósitos judiciais	(550)	(550)	(68)	—
DPVAT	(105.570)	(84.578)	(63.947)	—
Total a ser coberto	1.587.303	2.321.045	1.382.208	—
Bens oferecidos em cobertura:				
Quotas e fundos de investimentos	1.548.494	2.301.844	1.540.155	—
Títulos de renda fixa - públicos	158.510	12.385	73.860	—
Títulos de renda fixa - privados	101.513	139.366	109.594	—
Total	1.808.517	2.453.865	1.723.609	—
Suficiência	221.214	132.820	341.401	—

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros

Probabilidade de perda	2013		2012	
	Quantidade	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Provisão
Provável	8.254	234.852	8.030	211.350
	8.254	234.852	8.030	211.350

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2013		2012	
	Quantidade	Judicial	Quantidade	Judicial
Até 2000	234	27.633	224	11.259
2001	69	2.484	79	1.954
2002	92	2.716	107	4.532
2003	124	2.982	155	4.579
2004	211	7.628	237	7.750
2005	305	16.366	323	21.781
2006	447	19.199	473	16.776
2007	566	18.866	592	20.527
2008	810	22.944	939	23.039
2009	1.072	28.296	1.192	27.155
2010	1.133	28.100	1.317	28.364
2011	1.399	31.035	1.557	28.143
2012	1.367	22.235	835	15.491
2013	425	6.368	—	—
Total	8.254	234.852	8.030	211.350

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2013	2012
Saldo no início do exercício	211.350	168.284
Total pago no exercício	(8.744)	(24.460)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	24.460	—
Quantidade de ações pagas no período	87	2.008
Novas constituições no período	23.764	52.087
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	207	2.421
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	8.482	21.650
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	—	(6.211)
Saldo final do exercício	234.852	211.350

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2013	2012	2013	2012
Fiscal	—	539.045	142	176
COFINS	—	499.657	—	—
PIS	—	39.388	—	—
Outros	—	—	142	176
Trabalhista	8.784	7.126	9.386	7.932
Cível	4.000	4.000	312	312
Total	12.784	550.171	9.840	8.420

Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 550 (R\$ 550 em 2012), PIS e COFINS - Em novembro de 2013, com a finalidade de aproveitamento dos benefícios gerados pelo REFIS disposto pela Lei nº 9.718/98, a Seguradora optou por pagar os débitos que estavam suspensos por liminar e desistir dos processos judiciais que discutiam a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999, a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei nº 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. O Mandado de Segurança para o PIS é de dezembro de 2007, onde se alegou a inconstitucionalidade da Lei 9.718/98 e majoração da base de cálculo, no qual se obteve liminar. A partir de maio de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/07, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras. Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estavam provisionados e vinham sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Em outubro de 2013 as provisões totalizavam R\$ 574.527 de COFINS e R\$ 49.378 de PIS. Para a composição dos valores a pagar, a Seguradora incluiu na base de cálculo do PIS e COFINS, para todo o período compreendido no REFIS, os valores das receitas financeiras obtidas de ativos financeiros oferecidos em garantia das provisões técnicas, pois este é o entendimento externado pela Receita.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)
Automóveis	1.833.293	1.937.903	68,49%	69,40%	21,64%	23,30%
Responsabilidade civil facultativa	568.477	630.111	64,89%	57,80%	17,01%	13,70%
Riscos diversos	90.130	60.674	66,99%	77,50%	28,82%	23,00%
Garantia estendida	111.743	126.209	24,76%	35,20%	108,91%	72,00%
Compreensivo residencial	98.372	78.217	52,86%	62,60%	38,38%	42,80%
Penhor rural - instituição financeira privada	142.150	54.088	62,15%	45,60%	17,47%	28,30%
Acidentes pessoais passageiros	29.195	47.279	37,13%	9,90%	18,41%	15,60%
Benefícios/produto agropecuario	63.434	37.178	55,66%	56,10%	24,67%	24,20%
Transportes nacionais	45.137	47.501	71,93%	66,60%	26,13%	27,20%
Transportes internacionais	12.087	15.317	43,54%	10,60%	27,46%	22,80%
R.C. transportador	6.308	102.998	61,86%	70,50%	27,74%	27,90%
DPVAT	99.907	82.423	87,72%	89,10%	1,44%	1,50%
Demais ramos	1.149.639	1.206.037	54,52%	59,40%	6,95%	13,44%
Total	4.249.872	4.445.935	62,48%	63,20%	19,27%	20,71%

Federal do Brasil nas Soluções de Consulta números 91/2012 e 249/2012. Mesmo este não sendo o entendimento da empresa, este procedimento de inclusão das receitas financeiras na base de cálculo do PIS e da COFINS foi adotado a fim de garantir a adesão ao Programa REFIS da RFB. Considero também as multas e os encargos impostos nas execuções fiscais propostas pela União no decorrer da discussão, que também não possuíam provisão, pois a probabilidade de perda das ações judiciais era considerada possível. Após a inclusão desses valores, o total da dívida constituída ficou em R\$ 919.992, sendo R\$ 847.749 abrangidos pelo REFIS, por terem o vencimento até dezembro de 2012 e R\$ 72.234 vencidos após janeiro de 2013. O pagamento foi feito à vista em novembro de 2013 para as dívidas abrangidas pelo REFIS e em dezembro de 2013 para os demais valores, no total de R\$ 525.584, com economia de R\$ 394.408 após a aplicação dos benefícios do REFIS. A parcela de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras do período de dezembro de 2012 a dezembro de 2013, não recolhidos por não estarem abrangidos pelo REFIS e conforme entendimento acima externado de que estes valores não compõem a base de cálculo das contribuições após maio de 2009 é de R\$ 10.723 de COFINS e R\$ 1.742 de PIS, atualizados pela SELIC até 31 de dezembro de 2013. PIS - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos das Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 17/97 vigentes até janeiro de 1999, os valores não recolhidos nos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela SELIC até dezembro de 2013 são de R\$ 10.128 (R\$ 9.960 em 2012). A probabilidade de perda deste processo foi analisada como remota, por este motivo não foi constituída a provisão para perdas. **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. Cível - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza civil oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas. **b) Movimentação**

	2013			
	I - Fiscais	Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	539.045	7.126	4.000	550.171
Constituições	127.529	2.151	—	129.680
Atualização monetária	66.678	—	—	66.678
Baixas	(733.252)	(493)	—	(733.745)
Saldo final	539.045	7.126		

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Conforme descrito na Nota 3n, de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, anteriormente requerida pela SUSEP, deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para reversão integral até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora reclassificou o saldo para Outras Provisões Técnicas e manteve o saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, desde fevereiro de 2013. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido apresentado em R\$ 15.222 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 9.133 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 625 mil, sendo R\$ 375 mil, líquidos de resseguro e dos efeitos tributários.

b) A Seguradora possui a totalidade das ações da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., que é avaliada com base no método de equivalência patrimonial. Essa controlada utiliza como critério contábil as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios- PCP. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2013 a participação societária registrada na rubrica de investimentos, refe-

rentes a essa controlada, está subavaliado no montante de R\$ 14.677 mil, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado no montante de R\$ 281 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Ajustes e reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2 (b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação às demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 (b), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP/015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP19827/O-3

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-1SP232769/O-1

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Presidente
Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior
Benedito Luiz Alves Dias
Carlos Alberto Landim

Dirceu Tiegs
Jabís de Mendonça Alexandre
Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Gallan
Raphael de Louca Júnior
Wady José Mourão Curry

CONTADORA

Simone Piretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Okada - MIBA 1.031

Marpi Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 51.866.515/0001-00

Ata de Reunião de Quotistas, realizada em 05 de Julho de 2013.

Aos 05/07/13, às 10hs, na sede, Jaguariúna/SP, Rodovia SP 340, Campinas a Mogi-Mirim, Km 125, Bairro Tanquinho Velho, CEP 13.820-000, reuniram-se os abaixo assinados a saber: (a) **RR Camargo Empreendimentos e Participações Ltda.**, pessoa jurídica, CNPJ nº 10.469.686/0001-18, NIRE nº 35.225.123.869, com sede na Av. Aracá, 949, lote 4, quadra V2, bairro Loteamento Alphaville Campinas/SP CEP: 13.098-378, neste ato representada por sua sócia e administradora **Maria Regina Pires Camargo**, RG nº 6.633.781-1, SSP/SP CPF nº 025.022.198-50, (b) **Safira Administração e Participações Ltda.**, CNPJ nº 05.472.487/0001-29, NIRE nº 35.217.716.210, com sede na R. Professora Déa E. Carvalho, 81, Chácaras Gramado, Campinas/SP CEP: 13.101-664, neste ato representada por seus sócios e administradores **Antonio Pereira de Camargo Netto**, RG nº 30.446.154-4, CPF nº 27.092.448-71 e **Ana Paula Bastos de Camargo**, RG nº 25.403.624-7, CPF nº 248.845.548-25, (c) **Temt Participações e Investimentos Ltda.**, pessoa jurídica, CNPJ nº 10.158.215/0001-99, NIRE nº 35.225.124.075, com sede na R. Dr. Clemente Holtman, 347, Subdivisão Frazzato, Jaguariúna/SP, CEP: 13.820-000, neste ato representada por seus sócios e administradores **Eduardo Pereira de Camargo**, RG nº 27.805.009-8, SSP/SP e CPF/MF nº 288.718.333-39 e **Camargo Bruscatto**, RG nº 27.805.011-5, SSP/SP e CPF/MF nº 335.236.708-61 e **Thiago Pavan de Camargo**, RG nº 27.805.010-4 SSP/SP, CPF/MF nº 221.947.998-69; únicas sócias componentes da sociedade limitada, denominada **Marpi Empreendimentos e Participações S/C Ltda.**, com sede e foro na Rodovia Campinas - Mogi Mirim, SP 340, Km 125, bairro Tanquinho Velho, Jaguariúna/SP, CEP: 13.820-000, CNPJ nº 51.866.515/0001-00, com seu Contrato Social originalmente arquivado em 26/12/79, sob o nº 1671, no 1º Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Campinas/SP e posteriormente registrado na JUCESP sob o NIRE 35.225.588.101, em 12/07/11. Estava também presente o administrador da Sociedade, Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, que foi convidado para secretariar a sessão. Todos os presentes pediu a palavra o administrador da sociedade, para informar que essa reunião tinha por objetivo deliberar a alteração do Capital Social da sociedade, aumento do Capital Social da sociedade, bem como a distribuição do saldo de lucros acumulados trimestralmente de 01/04/13 até 31/06/13. I) A diminuição proporcional de suas participações dar-se-á com a retirada de cada um dos sócios do valor de quotas, através de lotes do imóvel integralizado ao capital social descrito a seguir: **A) Um imóvel urbano denominado "Haras Patente"**, situado no município e comarca de Jaguariúna/SP distrito de Jaguariúna/SP com a área de 651.717,62 m², que assim se descreve: inicia-se no ponto (02), cravado no canto de divisa com o imóvel denominado "Seminário" de propriedade da Diocese de Amparo, objeto de matrícula nº 74.504, desta unidade e a Estrada Municipal nº 11, que dá acesso à direita e segue na extensão de 140,59 m com rumo de 52°59'19" NW, até encontrar o ponto (3); daí segue na extensão de 151,31 m com rumo de 52°48'45" NW até encontrar o ponto (4); daí segue na extensão de 20,55 m com rumo de 47°28'01" NW até encontrar o ponto (5); daí segue na extensão de 355,07 m com rumo de 45°06'29" NW até encontrar o ponto (6); daí segue na extensão de 100,28 m com rumo de 41°44'57" NW até encontrar o ponto (01) a) confrontando o ponto (02) ao ponto (06A1), com a Estrada Municipal JGR-254 que liga sentido a Rodovia SP-340 e a Fazenda Guaiçara; daí deflete à direita e segue na extensão de 93,30 m com rumo de 87°37'50" SE-NW, até encontrar o ponto (06B2); daí segue na extensão de 29,85 m com rumo de 74°46'15" NE-SW, até encontrar o ponto (06A03); daí segue em curva, na extensão de 178,45 m até encontrar o ponto (06A04); daí segue em curva, na extensão de 27,94 m com rumo de 90,00 m até encontrar o ponto (06A05); daí segue na extensão de 24,55 m com rumo de 15°48'59" NW-SE até encontrar o ponto (06A06); daí segue em curva, na extensão de 18,64 m com rumo de 65,45 m até encontrar o ponto (06A07) daí segue na extensão de 32,52 m com rumo de 57°51'45" NE-SW, até encontrar o ponto (06A08); daí segue em curva, na extensão de 50,24 m com rumo de 43,45 m até encontrar o ponto (06A09); daí segue na extensão de 160,76 m com rumo de 08°23'28" NW-SE, até encontrar o ponto (06A10) daí segue em curva, na extensão de 119,77 m com rumo de 171,55 m até encontrar o ponto (06A11) daí segue na extensão de 51,04 m com rumo de 31°36'39" NE-SW, até encontrar o ponto (06A12); daí segue em curva, na extensão de 42,33 m com rumo de 178,45 m até encontrar o ponto (06A13); daí segue na extensão de 55,30 m com rumo de 18°01'08" NE-SW, até encontrar o ponto (06A14); daí segue em curva na extensão de 81,36 m com rumo de 78,45 m até encontrar o ponto (06A15); daí segue na extensão de 159,24 m com rumo de 41°24'12" NW-SE até encontrar o ponto (06A16); daí segue em curva, na extensão de 256,72 m com rumo de 318,33 m até encontrar o ponto (06A17); daí segue em curva, na extensão de 111,71 m com rumo de 238,28 m até encontrar o ponto (06A18); daí segue na extensão de 29,44 m com rumo de 10°33'42" NE-SW, até encontrar o ponto (06A19); daí segue em curva, na extensão de 8,16 m com rumo de 617,29 m até encontrar o ponto (06A20); daí segue na extensão de 87,66 m com rumo de 07°26'38" SW-NE, até encontrar o ponto (06A21); daí segue na extensão de 271,21 m até encontrar o ponto (06A31); daí segue em curva, na extensão de 121,61 m com rumo de 271,21 m até encontrar o ponto (06A32); daí segue em curva, na extensão de 132,89 m com rumo de 70,00 m até encontrar o ponto (06A33); daí segue na extensão de 68,06 m com rumo de 43°53'59" NW-SE, até encontrar o ponto (06A34); daí segue em curva, na extensão de 6,34 m com rumo de 9,00 m até encontrar o ponto (06A35); daí segue em curva, na extensão de 48,41 m com rumo de 708,29 m até encontrar o ponto (06A36); daí segue em curva, na extensão de 34,31 m com rumo de 155,78 m até encontrar o ponto (06A37); daí segue na extensão de 54,36 m com rumo de 61°58'01" NE-SW, até encontrar o ponto (06A38); daí segue em curva, na extensão de 43,16 m com rumo de 65,00 m até encontrar o ponto (06A39); daí segue em curva, na extensão de 16,63 m com rumo de 245,67 m até encontrar o ponto (06A40); daí segue em curva, na extensão de 33,64 m com rumo de 666,29 m até encontrar o ponto (06A41); daí segue em curva, na extensão de 62,04 m com rumo de 1.271,17 m até encontrar o ponto (06A42); daí segue na extensão de 166,33 m com rumo de 85°59'14" NE-SW, até encontrar o ponto (06A43); daí segue em curva na extensão de 24,49 m com rumo de 12,00 m até encontrar o ponto (06A44); daí segue em curva, na extensão de 6,17 m com rumo de 9,00 m até encontrar o ponto (06A45); daí segue em curva, na extensão de 115,41 m com rumo de 386,16 m até encontrar o ponto (06A46); daí segue em curva, na extensão de 118,29 m com rumo de 147,43 m até encontrar o ponto (06A47); daí segue em curva, na extensão de 110,78 m com rumo de 1.273,7 m até encontrar o ponto (06A48); daí segue em curva, na extensão de 55,18 m com rumo de 100,00 m até encontrar o ponto (06A49); daí segue na extensão de 33,13 m com rumo de 60°10'36" NE-SW, até encontrar o ponto (06A50); daí segue na extensão de 146,00 m com rumo de 05°20'32" NW-SE, até encontrar o ponto (06A51); daí segue na extensão de 27,71 m com rumo de 52°46'29" NW-SE, até encontrar o ponto (06A52); daí segue em curva, na extensão de 156,64 m com rumo de 53,00 m até encontrar o ponto (06A53); daí segue em curva, na extensão de 15,68 m com

rumo de 12,00 m até encontrar o ponto (06A54); daí segue em curva, na extensão de 19,50 m com rumo de 64,00 m até encontrar o ponto (06A55); daí segue na extensão de 125,57 m com rumo de 75°23'46" NE-SW, até encontrar o ponto (06A56); daí segue na extensão de 37,63 m com rumo de 70°25'42" NE-SW, até encontrar o ponto (06A57); daí segue na extensão de 25,20 m com rumo de 54°21'49" NE-SW, até encontrar o ponto (06A58); daí segue na extensão de 37,97 m com rumo de 18°27'40" NE-SW, até encontrar o ponto (06A59); daí segue na extensão de 52,72 m com rumo de 45°21'09" NE-SW, até encontrar o ponto (06A60); daí segue em curva na extensão de 127,05 m com rumo de 962,71 m até encontrar o ponto (06A61); daí segue em curva, na extensão de 16,84 m com rumo de 100,00 m até encontrar o ponto (06A62); daí segue em curva, na extensão de 48,90 m com rumo de 1.133,87 m até encontrar o ponto (06A63); daí segue na extensão de 147,49 m com rumo de 64°34'30" NE-SW, até encontrar o ponto (26a), confrontando o ponto (06A1) ao ponto (26a), com a propriedade de Marpi Empreendimentos e Participações Ltda. (matrícula nº 1589, desta unidade); daí reflete à direita e segue na extensão de 262,06 m com rumo de 36°08'59" SE, até encontrar o ponto (27), confrontando o ponto (26a) ao ponto (27), com a Estrada Municipal JGR - 368; daí reflete à direita e segue pelo eixo do córrego no sentido de sua montante na extensão de 1.317,15 m até encontrar o ponto (28), confrontando o ponto (27) ao (28), com um córrego, estando do outro lado do mesmo, o Sítio Santa Luiza, de propriedade de Joseph Mun Fan Sung, Haras Santa Isabel, de propriedade de Vinícius Lima Fernandes, e a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; daí segue pela cerca de divisa na extensão de 406,48 m com rumo de 13°08'58" SE, até encontrar o ponto (29); daí reflete à direita e segue na extensão de 66,40 m com rumo de 43°18'36" SW, até encontrar o ponto (30), confrontando o ponto (28) ao ponto (30), com propriedade da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; daí segue na extensão de 104,57 m com rumo de 40°03'11" SW-NE, até encontrar o ponto (31); daí reflete à esquerda e segue na extensão de 174,65 m com rumo de 00°52'25" SE-NW, até encontrar o ponto (01a), confrontando o ponto (30) ao ponto (01a), com o imóvel denominado "Seminário", de propriedade da Diocese de Amparo, matrícula nº 4.504, desta unidade; daí reflete à direita e segue na extensão de 13,32 m com rumo de 75°01'59" SW, até encontrar o ponto (02) onde teve início esta descrição, confrontando o imóvel denominado "Seminário", de propriedade da Diocese e Amparo, matrícula nº 4.504, desta unidade, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariúna/SP com matrícula sob nº 6.228, Cadastrado na Prefeitura Municipal local sob o nº 08.0088.0832 B. Os lotes do imóvel supra ficam da seguinte forma distribuídos entre as sócias: (a) a sócia **RR Camargo Empreendimentos e Participações Ltda.**, recebe neste ato, o Lote 8, Quadra 7, de 840,19 m² o valor de R\$2.075,63, correspondente a 2.075,63 quotas diminuídas; Lote 9C da Quadra 10 de 1.238,77 m² o valor de R\$ 3.060,30, correspondente a 3.060,30 quotas diminuídas; Lote 7C da Quadra 12, de 1.216,24 m² o valor de R\$ 3.004,64, correspondente a 3.004,64 quotas diminuídas; Lote 8C da Quadra 12, de 975,73 m² o valor de R\$2.410,47 correspondente a 2.410,47 quotas diminuídas; Lote 17C da Quadra 14, de 862,29 m² o valor de R\$2.130,23 correspondente a 2.130,23 quotas diminuídas; Lote 18C da Quadra 14, de 979,87 m² o valor de R\$2.420,70 correspondente a 2.420,70 quotas diminuídas; Lote 4C da Quadra 15, de 1.399,54 m² o valor de R\$3.457,47 correspondente a 3.457,47 quotas diminuídas; Lote 11 da Quadra 17, de 1.152,44 m² o valor de R\$2.847,02 correspondente a 2.847,02 quotas diminuídas; Lote 1C da Quadra 21, de 929,34 m² no valor de R\$2.295,87 correspondente a 2.295,87 quotas diminuídas; Lote 5C da Quadra 21, de 1.052,48 m² o valor de R\$2.600,08 correspondente a 2.600,08 quotas diminuídas; totalizando o valor de R\$26.302,41 correspondente a 26.302,41 quotas diminuídas; (b) a sócia **Safira Administração e Participações Ltda.**, recebe neste ato, o Lote 12 da Quadra 2, de 1.145,86 m² o valor de R\$2.830,77 correspondente a 2.830,77 quotas diminuídas; Lote 12 da Quadra 4, de 1.147,65 m² o valor de R\$2.835,20 correspondente a 2.835,20 quotas diminuídas; Lote 17 da Quadra 6, de 846,00 m² o valor de R\$2.089,98 correspondente a 2.089,98 quotas diminuídas; Lote 18 da Quadra 6, de 828,99 m² o valor de R\$2.047,37 correspondente a 2.047,37 quotas diminuídas; Lote 9C da Quadra 10, de 1.003,51 m² o valor de R\$2.473,10 correspondente a 2.473,10 quotas diminuídas; Lote 6C da Quadra 15, de 1.173,55 m² o valor de R\$2.899,18 correspondente a 2.899,18 quotas diminuídas; Lote 7C da Quadra 23, de 836,06 m² o valor de R\$2.065,43 correspondente a 2.065,43 quotas diminuídas; Lote 8C da Quadra 23, de 854,90 m² o valor de R\$2.111,97 correspondente a 2.111,97 quotas diminuídas; Lote 9C da Quadra 23, de 857,83 m² o valor de R\$2.119,21 correspondente a 2.119,21 quotas diminuídas; Lote 10C da Quadra 23, de 876,33 m² o valor de R\$2.169,85 correspondente a 2.169,85 quotas diminuídas; totalizando o valor de R\$23.848,66 correspondente a 23.848,66 quotas diminuídas; (c) a sócia **Temt Participações e Investimentos Ltda.**, recebe neste ato, através do Lote 12 da Quadra 3, de 838,35 m² o valor de R\$2.071,09 correspondente a 2.071,09 quotas diminuídas; Lote 11 da Quadra 4, de 1.190,68 m² o valor de R\$2.941,49 correspondente a 2.941,49 quotas diminuídas; Lote 6C da Quadra 12, de 1.202,61 m² o valor de R\$2.970,97 correspondente a 2.970,97 quotas diminuídas; Lote 5C da Quadra 15, de 1.327,46 m² o valor de R\$3.279,40 correspondente a 3.279,40 quotas diminuídas; Lote 1 da Quadra 20, de 1.012,53 m² o valor de R\$2.501,39 correspondente a 2.501,39 quotas diminuídas; Lote 2 da Quadra 20, de 864,93 m² o valor de R\$2.136,75 correspondente a 2.136,75 quotas diminuídas; Lote 3 da Quadra 20, de 886,72 m² o valor de R\$2.190,58 correspondente a 2.190,58 quotas diminuídas; Lote 4 da Quadra 20, de 948,33 m² o valor de R\$2.342,78 correspondente a 2.342,78 quotas diminuídas; Lote 1C da Quadra 23, de 867,61 m² o valor de R\$2.143,37 correspondente a 2.143,37 quotas diminuídas; Lote 2C da Quadra 23, de 996,65 m² o valor de R\$2.215,11 correspondente a 2.215,11 quotas diminuídas; totalizando o valor de R\$24.792,93 correspondente a 24.792,93 quotas diminuídas; II) Considerando a distribuição desigual de lucros, fica apresentada e aprovada, por unanimidade, pelos sócios quotistas, a distribuição desigual de lucros, no valor de R\$ 15.035.288,01, da seguinte forma: (i) R\$ 5.466.054,67 para a sócia **Safira Administração e Participações Ltda.** (ii) R\$ 9.96.738,67 para a sócia **Temt Participações e Investimentos Ltda.** (iii) R\$4.662.494,67 para a sócia. A distribuição de lucros ora aprovada será feita conforme a disponibilidade de caixa da sociedade. III- Declaram as sócias adiante, que, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada, Campinas, 05/07/13, RR Camargo Empreendimentos e Participações Ltda. - Representada por Maria Regina Pires Camargo Safira Administração e Participações Ltda. - Representada por Antonio Pereira de Camargo Netto e Ana Paula Bastos de Camargo. Temt Participações e Investimentos Ltda. - Representada por Eduardo Pereira de Camargo, Thiago Pavan de Camargo e Mariana Camargo Bruscatto.

Andrade Açúcar e Alcool S.A. - Posto de Abastecimento torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº 52000443 para Combustíveis para veículos automotores (postos de abastecimento) à Fazenda Piratininga, Ibituba, Z. Rural, Pitangueiras/SP.

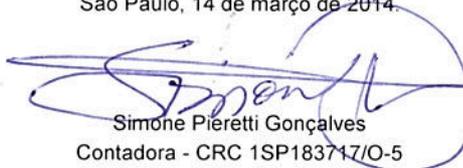
BONOR INDUSTRIAL S/A - Torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para "Material plástico; tingimento, pigmentação e outros beneficiamentos de". A Rua Jaraguá, 320 - Bom Retiro - São Paulo - SP - CEP 01129-000.

SANEN - Saneamento e Engenharia S/A, torna público que recebeu da Cetesb a Renovação da Licença de Operação nº 4005818, válida até 27/02/2018, p/arterfatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque não esp., R. Caraguatubá, 4120, Jd. Salgado Filho, Ribeirão Preto-SP.

Mapfre Seguros Gerais S.A.
CNPJ 61.074.175/0001-38
Índices de Liquidez Geral - 12-2013

Liquidez Corrente	<u>AC</u>	<u>4.802.391</u>	=	<u>4.802.391</u>	0,97
	PC	4.951.383		4.951.383	
Liquidez Geral	<u>AC + RLP</u>	<u>4.802.391 + 1.424.149</u>	=	<u>6.226.540</u>	1,22
	PC + ELP	4.951.383 + 169.667		5.121.050	
Liquidez Imediata	<u>AD</u>	<u>109.757</u>	=	<u>109.757</u>	0,02
	PC	4.951.383		4.951.383	
Endividamento Corrente	<u>PC</u>	<u>4.951.383</u>	=	<u>4.951.383</u>	1,03
	AC	4.802.391		4.802.391	
Endividamento de Curto Prazo	<u>PC</u>	<u>4.951.383</u>	=	<u>4.951.383</u>	2,74
	PL	1.809.446		1.809.446	
Endividamento Geral	<u>PC + ELP</u>	<u>4.951.383 + 169.667</u>	=	<u>5.121.050</u>	0,74
	AT	6.930.496		6.930.496	
Endividamento do Patrimônio Líquido	<u>ET</u>	<u>5.121.050</u>	=	<u>5.121.050</u>	2,83
	PL	1.809.446		1.809.446	
Composição do Endividamento	<u>PC</u>	<u>4.951.383</u>	=	<u>4.951.383</u>	0,97
	ET	5.121.050		5.121.050	
Solvência Geral	<u>AT</u>	<u>6.930.496</u>	=	<u>6.930.496</u>	1,35
	PC + ELP	4.951.383 + 169.667		5.121.050	
Retorno do Investimento Total	<u>LL</u>	<u>216.650</u>	=	<u>216.650</u>	0,03
	AT	6.930.496		6.930.496	
Imobilização do PL	<u>AP</u>	<u>703.956</u>	=	<u>703.956</u>	0,39
	PL	1.809.446		1.809.446	

São Paulo, 14 de março de 2014.


 Simone Pieretti Gonçalves
 Contadora - CRC 1SP183717/O-5



TERMO DE CREDENCIAMENTO

OUTORGANTES: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ/MF nº 28.196.889/0001-43

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ/MF nº 01.378.407/0001-10

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ/MF nº. 61.074.175/0001-38

MAPFRE VIDA S/A
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ/MF nº. 54.484.753/0001-49

MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ/MF nº 87.912.143/0001-58

BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
 AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711, BROOKLIN
 São Paulo /SP
 CNPJ nº 01.356.570/0001-81

OUTORGADOS:

NOME	RG	CPF
ANDREA PELLEGRINO	23760837-6	147.414.938-30
DÉBORA FRANCISCA DE SOUZA	34.096.524-1	284.725.768-33
EDUARDO JOSÉ DA ROCHA	23.209.958-3	130.435.398-26
FLAVIA FREIRES DE ALMEIDA	22.911.440-4	173.084.978-44
JÉSSICA SILVA EVANGELISTA	48.120.777-6	385.616.458-81
KARINE VASCONCELOS NOGUEIRA	53662897	064.372.006-50
LIDIA VITORINA DE SOUZA OLIVEIRA	43680340-9	312.914.418-83
MARGARETE MENEGATTI MARTINS	130946321	045.761.588-56
MARIA VANUSA ALVES	12761063-2	089.255.607-20
NAYARA AIRES DANTAS	36.647.887-04	372.262.718-42
REGINA HELENA BALSAMO	6.502.173-3	052.463.488-22
SARA DE OLIVEIRA	45.792.225-4	356.659.308-73
SIMONE MARIA GOMES	26.681.405-0	271.541.098-07
VALTER MOREIRA	13001101-0	069.255.428-95



Pelo presente instrumento as Seguradoras acima identificadas, através de seus representantes legais ao final identificados, nomeia e constitui seu bastante Representante, conforme acima qualificado, com poderes específicos e individuais para representar as OUTORGANTES em todas as modalidades de licitações públicas, conferindo-lhes os necessários poderes para assinar propostas, requerimentos e declarações, ofertar lances, assinar, interpor e desistir de recursos administrativos, impugnações e representações, efetuarem vitorias, assinar recibos, receber intimações e notificações, dar e receber quitação, acordar, transigir, firmar compromissos, representando plenamente as OUTORGANTES nas licitações públicas, não podendo substabelecer.

O presente termo de credenciamento é válido por 180 (cento e oitenta) dias.

São Paulo, 01 de agosto de 2014.

BENEDITO LUIZ ALVES DIAS

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL

BENTO APARÍCIO ZANZINI

ARNO MEYER

BENTO APARÍCIO ZANZINI

MAPFRE VIDA S/A

JABIS DE MENDONÇA ALEXANDRE

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A
BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS

WADY JOSÉ MOURÃO CURY

21º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Libero Badaró, 386 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICADO e preservado em original
a original arquivado no 21º T.C.

S. Paulo 15 AGO. 2014



1084AT447262

21º Tabelião de Notas
São Paulo - Capital
Luiz Afonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) C/ VALOR ECONOMICO de: BENEDITO LUIZ ALVES DIAS, BENTO APARICIO ZANZINI (2 ATOS), ARNO MEYER, WADY JOSE MOURAO CURY e JABIS DE MENDONÇA ALEXANDRE, a quem confere com padrão depositado em cartório.
São Paulo, 15/08/2014 - 11:31:52
Seg: 9057277 Em Testamento da verdade.
SOLTEIRO BALSAMO RAMOS - ESCRIVENTE Total R\$ 40,00

R. Libero Badaró, 386 - CEP: 01008-000 - Centro - São Paulo - SP
Tel: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501